

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas

N.º 1 de Abrantes

2015
2016

Área Territorial de Inspeção
do Sul

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	SEC
Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Abrantes					•
Escola Básica D. Miguel de Almeida, Abrantes			•	•	
Escola Básica de Alvega, Abrantes	•	•			
Escola Básica de Bemposta, Abrantes	•	•			
Escola Básica de Mouriscas, Abrantes		•			
Escola Básica do Carvalhal, Abrantes	•	•			
Escola Básica do Pego, Abrantes	•	•			
Escola Básica Maria Lucília Moita, Abrantes	•	•			
Escola Básica n.º 1 de Abrantes		•			
Escola Básica Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes	•	•			
Jardim de Infância da Concavada, Abrantes	•				
Jardim de Infância de Abrantes	•				
Jardim de Infância de Arreciadas, Abrantes	•				
Jardim de Infância de Mouriscas, Abrantes	•				

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e Agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 11 e 14 de janeiro de 2016. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento e as escolas básicas D. Miguel de Almeida, Maria Lucília Moita, Rossio ao Sul do Tejo e de Bemposta, as três últimas com jardim de infância.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2015-2016** serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes foi criado em finais de 2013, na sequência da agregação da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu com o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida. Situa-se no concelho de Abrantes, distrito de Santarém, e abrange as freguesias de Alvega e Concavada, Bemposta, Carvalhal, Mouriscas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo e São Miguel do Rio Torto. É constituído por quatro jardins de infância, oito escolas básicas do 1.º ciclo, seis das quais oferecem também a educação pré-escolar, uma escola básica dos 2.º e 3.º ciclos e uma escola secundária, onde tem a sua sede. As duas anteriores unidades orgânicas foram avaliadas em 2009, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa.

No ano letivo de 2015-2016, o Agrupamento é frequentado por 2237 crianças e alunos: 263 na educação pré-escolar (15 grupos); 584 no 1.º ciclo do ensino básico (31 turmas); 289 no 2.º ciclo (13 turmas); 448 no 3.º ciclo (21 turmas); 37 nos cursos vocacionais (duas turmas); 480 nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (20 turmas) e 136 nos cursos profissionais (seis turmas). O Agrupamento conta, também, com três unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

No que respeita ao contexto sociocultural dos alunos, 2,4% são estrangeiros e 58,4% não beneficiam dos auxílios económicos da Ação Social Escolar. Já no que respeita às tecnologias de informação e comunicação, 80% dos alunos do ensino básico possuem computador com internet, percentagem que sobe para 94% quanto aos do ensino secundário.

A educação e o ensino são assegurados por 222 docentes, dos quais 93% pertencem aos quadros. A experiência profissional é significativa, pois 95,4% lecionam há 10 ou mais anos. O pessoal não docente é composto por 85 trabalhadores cuja maioria, à semelhança do pessoal docente (95,2%), tem 10 ou mais anos de serviço.

Os dados relativos às habilitações académicas dos pais e das mães dos alunos do ensino básico revelam que 15,9% têm formação superior e 24,3% de nível secundário. Quanto aos dos alunos do ensino secundário, verifica-se que 15,9% possuem habilitações de nível superior e 31,4% de secundário. No que respeita à sua ocupação profissional, 20,3% dos pais e das mães dos alunos do ensino básico exercem atividades de nível superior e intermédio, percentagem que sobe para 25% relativamente aos dos alunos do ensino secundário.

De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano letivo de 2013-2014, o Agrupamento, quando comparado com as outras escolas públicas, apresenta valores das variáveis de contexto bastante favoráveis. Destacam-se a percentagem de alunos que não beneficiam dos auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar no 4.º e no 12.º ano de escolaridade, a média do número de anos da habilitação dos pais e das mães e a percentagem de docentes do quadro, tanto no ensino básico como no secundário.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

O Agrupamento tem instituídos procedimentos sistemáticos de recolha, para análise, dos resultados dos alunos, sendo elaborados, no final de cada período letivo, mapas estatísticos por ano de escolaridade e

por disciplina. É também considerada a evolução dos mesmos e a comparação entre a avaliação interna e a externa, o que leva à implementação de várias medidas de promoção do sucesso escolar. Contudo, estas iniciativas não se têm revelado suficientemente eficazes, tendo em conta os resultados obtidos.

No que diz respeito à educação pré-escolar, a falta de instrumentos de registo diversificados que permitam a recolha contínua e sistemática de informação sobre a evolução de cada criança e do grupo inviabiliza a regulação da atividade educativa e a tomada de decisões adequadas, de modo a estabelecer a respetiva progressão das aprendizagens. Por outro lado, como as *fichas de avaliação trimestral* que são entregues aos encarregados de educação não apresentam procedimentos de natureza descritiva centrados no modo como cada criança aprende, processa informação, constrói conhecimento ou resolve problemas, aqueles acabam por não ser devidamente informados do que os seus educandos estão a aprender nem de como, a esse nível, os poderão estimular e apoiar.

A análise realizada, com base nos modelos para comparação estatística dos resultados académicos em escolas de contexto análogo, permite concluir que, no quadriénio de 2010-2011 a 2013-2014, os resultados do Agrupamento apresentam-se, no global, aquém dos valores esperados, em alguns casos com oscilações significativas de ano para ano, por disciplina e ano de escolaridade. Este facto revela que no trabalho realizado ao nível dos processos de aprender e ensinar existem fragilidades em termos de consistência, adequação e resposta às especificidades e necessidades dos alunos.

Assim, no que respeita ao ensino básico, apesar de alguma oscilação ao longo do quadriénio em análise, em 2013-2014 as taxas de conclusão dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade situam-se aquém dos valores esperados e revelam uma tendência de descida, sendo de registar o significativo afastamento, negativo, relativamente àqueles valores.

Quanto aos resultados nas provas de avaliação externa de português, os valores observados, no referido ano letivo, também se posicionam aquém do esperado nos três ciclos de ensino, evidenciando, no período em análise, uma tendência de agravamento, em particular no 4.º e no 6.º ano, com diferenciais negativos progressivamente superiores em relação aos valores esperados. Em matemática, os resultados apresentam-se, igualmente, aquém do esperado, com um afastamento significativo relativamente àqueles valores nos três ciclos.

Pelo contrário, no ensino secundário, os resultados evidenciam uma melhoria em 2013-2014, com valores acima dos esperados nos exames nacionais de matemática, português e história. A taxa de conclusão do 12.º ano de escolaridade situa-se em linha com o valor esperado.

Perante estes resultados, não se encontram suficientemente diagnosticados os fatores determinantes do sucesso ou do insucesso escolar, sendo este atribuído, de forma preponderante, a aspetos externos. Impõe-se, pois, que a ação dos responsáveis incida, prioritariamente, na identificação de causas intrínsecas ao processo de ensino e de aprendizagem, acrescida de um investimento na monitorização e na avaliação da eficácia das medidas de promoção do sucesso implementadas, para que seja possível garantir os progressos das aprendizagens das crianças da educação pré-escolar e a melhoria, sustentada, dos resultados académicos dos alunos.

No que diz respeito aos cursos profissionais, regista-se a melhor taxa de conclusão (82,6%) no curso de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos terminado em 2013-2014 e as mais baixas nos cursos de Técnico de Gestão (43,5%) e Técnico de Turismo (37,9%), concluídos respetivamente em 2013-2014 e 2014-2015. Verifica-se também que, na generalidade, o número de alunos que não completam o ciclo de formação por desistência tem vindo a aumentar, justificado pelos responsáveis com o facto de os alunos procurarem outros cursos. Apesar disso, estes dados necessitam de reflexão, extensiva aos resultados do único curso vocacional em funcionamento (Artes Manuais) que, no ano letivo de 2014-2015, apresenta uma taxa de sucesso de 33,3%.

RESULTADOS SOCIAIS

O projeto educativo explicita, como uma das prioridades da sua missão, a assunção de uma conduta baseada nos valores e no respeito pelo outro, identificando, entre outros aspetos, a promoção de uma *sólida formação cívica e solidária*. Com este objetivo têm sido levadas a cabo algumas atividades e projetos: dos cabazes de Natal à *Troquichas* (feira de trocas de brinquedos e livros usados) e aos *intercâmbios intergeracionais*; dos projetos *Papel por Alimentos* ao *Recuar no Tempo* ou ao Eco-Escolas. De referir, ainda neste domínio, a relevância assumida por alguns clubes, designadamente, pelo *Clube Europeu* ou pelo *Clube de Teatro*. A oferta de várias modalidades de Desporto Escolar, como basquetebol, futsal, voleibol ou atletismo, assim como as áreas trabalhadas no âmbito do projeto Educação para a Saúde (alimentação, sexualidade, violência no namoro, *escolas de afetos*) incrementam hábitos de vida saudáveis e promovem o desenvolvimento de atitudes e valores. Contudo, os impactos deste trabalho revelam-se, ainda, pouco consistentes em termos de apropriação por parte dos alunos.

A indisciplina assumiu-se, com a formação do Agrupamento, como uma das problemáticas com urgência de resposta, no sentido de garantir o cumprimento das regras e o bom ambiente escolar e educativo. Foi elaborado um plano de ação com base no qual foram criadas, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, equipas de *Mediação Disciplinar* e implementadas tutorias, apostando na prevenção, no acompanhamento socioafetivo e na integração plena dos alunos. Surgiram, também, equipas de *Instauração Disciplinar*, para garantir celeridade na aplicação das sanções previstas e a uniformização de critérios de atuação. A monitorização da respetiva eficácia traduz um decréscimo significativo das medidas disciplinares sancionatórias aplicadas: 117 em 2013-2014; 52 em 2014-2015.

Apesar destas opções, e embora nos conselhos de turma sejam delineadas algumas formas concertadas para a promoção de um ambiente educativo favorável às aprendizagens, os estudantes entrevistados, críticos a este respeito, percebem diferenças notórias na assertividade e firmeza, por parte de alguns professores, na aplicação do consignado naquele documento.

Revela-se, pois, fundamental, que o *plano de ação para um bom ambiente disciplinar*, constante do *plano de implementação do projeto educativo*, seja cumprido da mesma forma por todos os docentes e em todas as escolas e jardins de infância. No 1.º ciclo, a aceitação, por parte de alguns professores, relativamente a situações de indisciplina e não cumprimento das regras enunciadas para todo o Agrupamento, é referida por elementos da comunidade educativa. Com efeito, pode constatar-se, por exemplo, que uma das medidas preconizadas por aquele plano para a educação pré-escolar e para o 1.º ciclo, nomeadamente a realização de assembleias de turma, não está, na totalidade das unidades educativas, a ser implementada.

Embora estejam assegurados espaços de participação e colaboração com os docentes, pela presença dos seus representantes no conselho geral e nos conselhos de turma, não estão generalizadas outras formas de auscultação dos alunos, visando o seu envolvimento e corresponsabilização na vida do Agrupamento, como sejam as assembleias regulares de delegados de turma.

São recolhidos, através de inquéritos, alguns dados sobre o percurso dos alunos após a conclusão dos seus estudos no Agrupamento, nomeadamente os que ingressam no ensino superior. Contudo, como a taxa de resposta é relativamente baixa, os resultados acabam por ser pouco representativos. Este estudo poderá ser potenciado e ampliado, com a recolha de informações quanto às taxas de empregabilidade dos cursos profissionais, de modo a permitir conhecer o impacto da ação do Agrupamento na trajetória de vida de todos os seus alunos.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

A comunidade educativa auscultada, no âmbito da presente avaliação externa, através da aplicação de questionários, revela, globalmente, uma opinião positiva sobre o serviço prestado pelo Agrupamento,

embora se registre uma percentagem significativa de respondentes que escolheram a opção *não concordo nem discordo*. Destacam-se aspetos como o incentivo que é dado aos alunos para terem bons resultados e a disponibilidade dos diretores de turma. Entre os docentes e restantes trabalhadores predomina a concordância com a abertura da escola ao exterior, com a disponibilidade da direção e a partilha de competências e responsabilidades, considerando, também, que a escola tem uma boa liderança. Os menores índices de satisfação referem-se à qualidade do serviço de almoço, à não utilização dos computadores por parte dos alunos em sala de aula e ao respetivo comportamento.

De sublinhar a colaboração estreita com as associações de pais e encarregados de educação evidente, por exemplo, em atividades por elas promovidas e constantes do plano anual, assim como na resposta às solicitações que lhes são feitas.

Os sucessos das crianças e dos alunos são valorizados através de exposições diversas em que apresentam os seus trabalhos, não só nos espaços escolares como também nos da comunidade, assim como nos blogues e jornais de algumas escolas. Esta valorização é reconhecida publicamente através dos quadros de mérito e de valor, assim como de prémios atribuídos aos melhores alunos que terminam, em cada ano letivo, o 12.º ano dos cursos científico-humanísticos e os cursos profissionais. Também os melhores alunos do 9.º e do 12.º ano, que beneficiam de auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar, são reconhecidos com o prémio *Borrvalho dos Reis*.

Reconhecido como evento agregador, cultural e social de divulgação das atividades desenvolvidas pelo Agrupamento é o *AgruParte*, aberto a toda a comunidade abrantina, e que consta, entre outras ações, de exposições, *workshops* e espetáculos realizados por crianças e alunos, pessoal docente e não docente.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da comunidade, o Agrupamento assumiu um papel ativo na elaboração do projeto educativo municipal, articulando a seleção da sua oferta formativa com os restantes parceiros do meio local, perspetivando-se a empregabilidade dos alunos e a resposta às necessidades do concelho. Responde, também, a diversas iniciativas da câmara municipal, como seja a participação na Semana da Educação, Igualdade e Cidadania, colaborando, em conjunto com as associações de pais e encarregados de educação, para a respetiva dinamização, nomeadamente em termos de animação de ruas e lojas da cidade.

A parceria com a Câmara Municipal de Abrantes é muito valorizada, já que os diversos apoios que disponibiliza a crianças e alunos, como, por exemplo, a cedência gratuita e regular de transportes, permitem a participação numa diversidade de atividades, o que contribui para a diminuição das assimetrias socioculturais inerentes às características contextuais da população. Também o estabelecimento de parcerias com entidades locais e os protocolos realizados com as empresas onde se realiza a formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais têm uma ação preponderante na diversidade das experiências disponibilizadas e permitem proporcionar respostas educativas adequadas.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A “insuficiente articulação curricular e sequencialidade entre os três ciclos de escolaridade” foram reportadas num dos relatórios de avaliação externa anterior. No sentido de obviar esta fragilidade, essa matéria foi devidamente assumida como ação prioritária do projeto educativo, tendo sido definidos objetivos claros no respetivo *plano de implementação*.

Em 2014-2015 foram constituídas equipas de articulação vertical de português e de matemática e, no presente ano letivo, uma de inglês, que integram um docente da educação pré-escolar e um de cada um dos níveis de ensino subsequentes e reúnem trimestralmente, tendo assim sido criados momentos propiciadores de reflexão entre os docentes dos diferentes níveis de educação e ensino, com vista a serem traçadas, em conjunto, a planificação, a execução e a avaliação de atividades, que perspetivem uma aprendizagem contextualizada.

O trabalho realizado, no caso da disciplina de português, tem pressuposto o desenvolvimento de projetos de escrita criativa com base num tema comum e, no caso da matemática, assentou na abordagem de conteúdos curriculares comuns, na perspetiva da aprendizagem em espiral.

Estas dinâmicas, embora importantes para estabelecer alguma conexão entre os diferentes níveis de educação e ensino, por via do planeamento de atividades integradas, carece ainda de estruturação, do ponto de vista curricular, tal como o indiciam as quebras nos desempenhos dos alunos nos anos iniciais de ciclo, associadas, pelos docentes, à falta de conhecimentos de base. Assim sendo, impõe-se que se definam medidas concretas de articulação curricular que criem nexos entre níveis educativos diferentes, que se reflitam no trabalho a desenvolver na sala de atividades/aula e que incidam em aspetos como as metodologias de ensino, as estratégias de aprendizagem, as linguagens específicas, os instrumentos de avaliação, entre outros, que permitam uma evolução gradual das crianças e dos alunos ao longo do seu percurso educativo e a plena concretização dos objetivos.

Os *planos anuais de turma* obedecem a uma matriz comum a todo o Agrupamento, incluem informação relativa ao percurso escolar dos alunos, a qual é veiculada aos docentes/conselho de turma e incluem as *propostas de articulação interdisciplinar* dos diferentes professores, havendo, em alguns deles, algumas evidências da gestão horizontal do currículo através do desenvolvimento de iniciativas que evidenciam a ligação entre os conteúdos de algumas disciplinas. Existem, também, registos da realização de projetos integradores e de contextualização do currículo que potenciam aprendizagens significativas. Apesar disso, este é um domínio que carece ainda de sustentação, sendo urgente a clarificação de conceitos e a adoção de procedimentos concertados, ao nível dos departamentos curriculares, que definam claramente os modos da sua operacionalização.

De igual forma, no âmbito dos cursos profissionais não se colheram evidências de que o coordenador de curso assegure efetivamente a articulação pedagógica entre as diferentes componentes de formação, espelhando os modos como cada disciplina concorre, com os seus saberes, para o perfil de desempenho do formando à saída do curso.

As atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo como a expressão dramática, a atividade físico motora, os pequenos cientistas e os desafios mentais, por seu turno, para além de serem uma mais-valia do ponto de vista da ocupação dos tempos escolares, são também relevantes do ponto de vista do processo de aprendizagem dos alunos. Contudo, embora sendo supervisionadas pelos docentes e avaliadas pelos responsáveis, não há evidências dos modos de colaboração e interação entre estes e os respetivos departamentos, o que minimiza o seu impacto quer ao nível da articulação curricular quer ao nível da sequencialidade das aprendizagens.

Importa, contudo, referir que tem sido uma prática do Agrupamento a adequada integração das crianças e alunos nos níveis/ciclos subsequentes. É dinamizado um conjunto de atividades que, apesar de episódicas e pouco sistemáticas, concorrem, de algum modo, para a assunção de novos papéis e estatutos, direitos e responsabilidades por parte dos alunos evitando, assim, as transições bruscas. Essas passam por reuniões com os encarregados de educação (*vamos descobrir o jardim de infância*), entre as educadoras e os professores titulares de turma do 1.º ano de escolaridade e entre os do 4.º ano e os diretores de turma do 5.º, pelas visitas organizadas aos estabelecimentos de ensino que as crianças e alunos vão frequentar (*Escola Aberta*) e pela organização das *Festas do Caloiro* e das *Festas dos Padrinhos e dos Afilhados*.

Ainda neste âmbito, assume particular relevância o programa de *Orientação da Carreira para o 9.º Ano*, dinamizado pelos serviços de psicologia, e a participação dos alunos em eventos como a Futurália.

O *plano de implementação do projeto educativo* associa o trabalho colaborativo entre docentes ao respetivo desenvolvimento profissional e à criação de oportunidades de qualidade de aprendizagens por parte das crianças e dos alunos. Apesar disso, as formas de colaboração entre os docentes dos vários níveis de educação e ensino não têm permitido estabelecer uma dinâmica consistente de partilha de práticas pedagógicas, nem a reflexão sobre a eficácia das metodologias implementadas, sobretudo ao nível do 1.º ciclo, onde o trabalho não é organizado nem desenvolvido por equipas pedagógicas.

PRÁTICAS DE ENSINO

O projeto educativo apresenta a diferenciação pedagógica enquanto ação estratégica para a qualidade do sucesso. Apesar disso, as planificações limitam-se a apresentar os *conteúdos*, as *atividades/estratégias* e os *instrumentos de avaliação* não evidenciando os modos de adequação das atividades educativas e do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos.

No caso da educação pré-escolar, as planificações não apresentam estratégias direcionadas para o desenvolvimento das crianças tendo em conta as suas particularidades. De igual modo, nos restantes ciclos e no ensino secundário não existem evidências da adequação realizada tendo em consideração os alunos com mais dificuldades ou os que revelam elevadas potencialidades, estando assim omissa a referência a práticas de ensino diferenciadas.

Fora da sala de aula são desenvolvidas diversas medidas de promoção do sucesso escolar, tais como o *apoio pedagógico* (nas suas diferentes modalidades), as *oficinas de aprendizagem*, e projetos como o *BioGeoExplica*, a *Matemática (também) é Divertida*, o *Monge Melhor* ou as coadjuvações em sala de aula, que visam proporcionar uma resposta ajustada às necessidades dos discentes ou potenciar a qualidade do sucesso. Contudo, docentes e alunos demonstraram dificuldade em distinguir com clareza as especificidades de cada proposta e os últimos enfrentam alguns obstáculos na frequência de alguns destes apoios, sobretudo por causa dos horários dos transportes escolares e, também, por falta de informação mais clara sobre os mesmos. A inclusão de alguns destes projetos nas práticas letivas diárias possibilitaria o seu acesso por parte de um maior número de alunos, de modo a produzir efetivos impactos na melhoria das aprendizagens e dos resultados.

As estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes nos grupos e nas turmas, visando as aprendizagens das crianças e dos alunos com necessidades educativas especiais, são concertadas em departamento curricular, no caso da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, e em conselho de turma no caso dos restantes níveis e ciclos de ensino. Para além de estar garantida a presença de um docente da educação especial nos conselhos de turma, está, também, institucionalizada a aplicação do documento *informação inicial ao conselho de turma*, que contém uma caracterização sumária da problemática e estratégias de atuação a privilegiar pelos docentes.

De modo a agilizar os processos de articulação e de acompanhamento dos apoios prestados, foi constituído o *Departamento de Educação Especial*, estando este devidamente representado no conselho pedagógico. Foram estabelecidas várias parcerias, das quais se destacam, entre outras, com o Centro de Recursos para a Inclusão, que disponibiliza técnicos especializados em diversas áreas, o Centro de Recuperação Infantil de Abrantes e o Centro de Saúde de Abrantes, que dinamiza um conjunto de projetos no âmbito do programa nacional de Saúde Escolar, que têm sido uma mais-valia na adequação das respostas educativas às crianças e aos alunos e no apoio às respetivas famílias.

De sublinhar ainda o trabalho com as juntas de freguesia e outras entidades da comunidade envolvendo os jovens com plano individual de transição, destinado ao desenvolvimento de competências de natureza profissionalizante ou de atividades socialmente úteis, de forma a permitir-lhes uma valorização pessoal

e estimular as suas capacidades, perspetivando, também, uma eventual integração no mercado de trabalho. Sublinha-se que o plano anual privilegia a educação inclusiva, havendo lugar à dinamização de atividades de sensibilização da comunidade educativa e de promoção da autoestima e inclusão dos alunos das unidades de ensino estruturado.

Apesar do trabalho desenvolvido, as taxas globais de sucesso registadas nos anos letivos de 2013-2014 e de 2014-2015 (72,4% e 74,4%, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais e de 69% e 66%, no caso dos alunos com dificuldades de aprendizagem), denotam a presença de uma estratégia mais consistente no âmbito do acompanhamento deste grupo de alunos.

No que toca às metodologias de ensino, convivem práticas ativas, centradas no aluno enquanto construtor do seu próprio conhecimento, através da dinamização de trabalhos de grupo, pesquisas, debates e apresentações feitas por eles, com abordagens mais tradicionais, centradas na mera transmissão de conhecimentos, comprometendo dessa forma o reforço da autonomia e do espírito crítico dos alunos e a aquisição de competências específicas para o exercício de uma profissão, no caso das ofertas formativas profissionalizantes.

Relativamente às turmas de ensino vocacional, afigura-se muito positiva a implementação de um projeto de empreendedorismo pelos impactos que tem tido na capacidade de trabalho em equipa, de planeamento e organização, de compreensão e na capacidade de adaptação a situações novas e complexas.

O Agrupamento dinamiza algumas iniciativas com vista ao desenvolvimento do espírito científico, quer seja pela oferta de atividades de enriquecimento curricular quer através de visitas de estudo ao Observatório Geofísico e Astronómico de Coimbra e ao Museu da Geologia de Coimbra, de clubes como o *dos Cientistas* ou de projetos como *As Ciências no Ensino Estruturado*, o *BioGeoExplica* ou o *Projeto FQ*. Contudo, a atividade experimental, em sala de aula, carece de uma intensificação nos diferentes níveis de educação e ciclos de ensino. Do mesmo modo, a utilização das tecnologias de informação e comunicação poderá ser generalizada e potenciada enquanto ferramentas pedagógicas de apoio às aprendizagens. A valorização da dimensão artística está patente, sobretudo, na oferta formativa e de enriquecimento do currículo.

As bibliotecas da escola-sede e da escola básica dos 2.º e 3.º ciclos têm tido um papel fulcral no apoio ao currículo e na promoção de hábitos de leitura, dinamizando iniciativas transversais a todos os níveis de educação e ensino, muito valorizados por toda a comunidade educativa. Também ao nível da unificação do Agrupamento é de destacar a aglutinação de todas as páginas e blogues previamente existentes, numa página única que agrega toda a informação pertinente relativa a este recurso de aprendizagem. No entanto, ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, a utilização das bibliotecas está circunscrita a um único dia por semana, limitando a sua assunção enquanto ferramenta de ensino e de aprendizagem e de promoção da autonomia intelectual das crianças e dos alunos, aspeto que carece de uma reflexão e intervenção concertada por parte dos responsáveis e respetivos parceiros.

O acompanhamento e a supervisão da prática letiva surgiram nos anteriores relatórios de avaliação externa como ponto fraco. Como forma de superar esta fragilidade, está a ser implementada, desde o presente ano letivo, a observação de aulas entre pares com vista a uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e à partilha de conhecimentos, instrumentos e experiências. Este processo, a ser desenvolvido entre pares do grupo de recrutamento, de modo algo informal e sem qualquer documento orientador dos aspetos a observar, ainda que se trate de uma evolução significativa, não se encontra verdadeiramente apropriado por todos os docentes e carece de explicitação dos objetivos e formas de implementação, de modo a potenciar, efetivamente, o desenvolvimento profissional dos docentes e as aprendizagens e os resultados dos alunos.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

O Agrupamento definiu critérios de avaliação e divulga-os junto dos alunos e na sua página na internet. O domínio cognitivo e o socioafetivo vão sofrendo uma evolução em termos de ponderação de acordo com a progressão expectável nos alunos ao longo dos ciclos, o que indicia uma atuação consentânea com o rigor, a exigência e o incentivo à melhoria dos desempenhos. No entanto, é de salientar que, também para a educação pré-escolar foram definidas ponderações (50% para o domínio cognitivo e 50% para o socioafetivo), o que não se coaduna com os pressupostos da avaliação deste nível de educação e deverá merecer a reflexão dos responsáveis.

A avaliação das aprendizagens é suportada pela utilização de uma pluralidade de instrumentos como sejam os testes escritos, os relatórios, os trabalhos individuais ou de grupo, os portefólios, o que permite, de algum modo, atender às especificidades dos alunos. Para além disso, são realizados testes de diagnóstico em todos os níveis de educação e ensino, não estando ainda generalizado o diagnóstico dos estilos de aprendizagem como forma de adequar as estratégias ao perfil dos alunos.

A avaliação formativa é mencionada nos documentos estruturantes e nas planificações das diferentes disciplinas. Contudo, não são explícitos os momentos da sua implementação, os instrumentos a privilegiar, nem são visíveis os seus impactos em termos de mecanismo de regulação da eficácia do trabalho que está a ser desenvolvido: pelos docentes, relativamente à adequação dos processos de ensino e de aprendizagem para que todos os alunos aprendam; pelos alunos, e a partir do retorno que lhe é dado pelo professor, o diagnóstico, atempado, das suas dúvidas, dificuldades e potencialidades, perspetivando a respetiva superação, de modo a refletir-se favoravelmente nos seus desempenhos ao nível da avaliação sumativa.

No que concerne à fiabilidade e validade do processo avaliativo são de assinalar os progressos conseguidos com a realização de matrizes e instrumentos de avaliação comuns para todos os níveis de ensino, cuja qualidade deverá ser certificada pelo respetivo coordenador de grupo de recrutamento ou de departamento curricular. Apresenta, ainda, margem de melhoria em termos de correção partilhada e análise conjunta dos instrumentos de avaliação e das respetivas grelhas, sobretudo no 1.º ciclo, onde não existem equipas pedagógicas organizadas por anos de escolaridade, com vista a um incremento da calibração dos testes e respetivas classificações, bem como da justiça e da equidade dos procedimentos de avaliação.

No que toca à monitorização do cumprimento do currículo, começam a esboçar-se algumas práticas tendentes ao reconhecimento dos procedimentos adotados pelos departamentos curriculares, o que se afigura como positivo. Porém não há, ainda, uma cultura consistente de monitorização, sistemática e generalizada a todo o Agrupamento, que possibilite, no decurso dos processos, e de forma fundamentada, reformular estratégias e procedimentos. Por essa razão, não se conhece, com rigor, a eficácia das medidas de promoção do sucesso escolar que têm vindo a ser implementadas, sendo este um aspeto em que urge investir.

O alargamento da oferta formativa, concebida em função das necessidades dos alunos, de forma a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória, e a identificação das situações de risco têm sido globalmente eficazes na prevenção e na resolução dos casos de abandono e desistência, sobretudo nos cursos de carácter geral. No entanto, estas medidas não têm tido os mesmos resultados nos cursos de natureza profissionalizante, apesar do trabalho articulado desenvolvido entre a direção, os diretores de turma, os pais e encarregados de educação e o *Gabinete de Apoio ao Aluno*, em estreita parceria com instituições locais. Tal facto evidencia a necessidade de uma intervenção mais consistente, entre outros aspetos, nos processos de seleção e encaminhamento dos estudantes, de modo a uma maior adequação ao perfil de saída dos respetivos cursos.

Por outro lado, e tendo em consideração que o absentismo e o afastamento da escola na transição entre ciclos, com maior impacto a partir do final do 1.º ciclo, são ainda significativos por parte das crianças e

jovens de cultura cigana, importa que se reflita e se definam estratégias concertadas ao nível da valorização da escola e dos processos de socialização e integração no meio escolar, particularmente destinadas a esse grupo de alunos.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A elaboração do projeto educativo 2015-2017, em articulação com o projeto educativo municipal, surge para responder aos desafios que, com a agregação, se colocaram e colocam ao Agrupamento, desde logo o fomento do sentido de pertença e de identificação com a nova realidade. Expressa, de forma clara, a missão e os valores que norteiam o seu rumo, definindo as opções prioritárias, as metas a atingir e as ações estratégicas a implementar. Não estão, contudo, contemplados mecanismos que permitam a monitorização dos processos, de forma rigorosa e fiável para que, no decurso do respetivo período de vigência, se possa ir fazendo a regulação sistemática do trabalho desenvolvido, o que pode comprometer a identificação, atempada, de desvios e respetivas causas, e o efetivo cumprimento da sua função educativa.

A par deste documento, foi elaborado um outro, *implementação do projeto educativo – plano de ação*, que visa clarificar algumas das opções apresentadas, definindo a sua aplicação a partir do ano letivo de 2015-2016. Emerge a visão estratégica do diretor, que evidencia ter uma diagnose correta das áreas em que urge intervir, algumas das quais já apontadas como pontos fracos na sequência das avaliações externas realizadas na Escola Secundária Dr. Solano de Abreu e no Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, apresentando medidas para a respetiva superação.

Decorre igualmente desta visão estratégica a aposta na valorização das lideranças intermédias e o incentivo à sua atuação no quadro das competências que lhes estão, legalmente, atribuídas. Contudo, a apropriação e o entendimento que, na generalidade, estas fazem daquelas áreas, e dos conceitos que as enquadram, designadamente *Articulação Curricular entre Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário, Autoplanificar e Supervisão Pedagógica*, podem comprometer a consecução dos objetivos delineados e das metas a atingir. Com efeito, o entendimento individual, que carece de fundamentação científica e concetual, não clarifica intencionalidades, não mobiliza nem agrega vontades, nem impulsiona as mudanças que urge fazer com vista à melhoria da qualidade do serviço educativo prestado em todos os jardins de infância e escolas do Agrupamento.

O diretor exerce uma liderança baseada em princípios de proximidade, de diálogo, de respeito pela diferença e de assertividade, qualidades que lhe são reconhecidas pela comunidade escolar e educativa, que sublinha a competência demonstrada no exercício da sua função. As capacidades de gestão de conflitos, de partilha de responsabilidades, bem como de recetividade e valorização dos contributos constituem, também, características que guiam a sua ação. Estes atributos têm sido geradores de um ambiente de motivação, de colaboração e de mobilização dos diferentes trabalhadores.

No entendimento de que a escola constitui um bem da e para a comunidade, necessitando, por isso, do envolvimento e da colaboração de todos na prossecução dos objetivos educativos, a liderança do diretor e da sua equipa tem estabelecido e consolidado parcerias e protocolos que contribuem para uma ação concertada na minimização e resolução dos problemas e na melhoria da prestação do serviço educativo. De entre os vários existentes destacam-se os estabelecidos com a Câmara Municipal de Abrantes, a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e algumas empresas.

GESTÃO

Os critérios de constituição dos grupos e das turmas, de elaboração de horários e de distribuição do serviço docente constam do projeto educativo. Não é feita, contudo, qualquer referência ao facto de estes poderem sofrer alterações decorrentes das conclusões dos relatórios de autoavaliação do trabalho e das atividades realizadas, uma vez que, em muitos casos, elas poderão ter impactos a vários níveis, designadamente o organizacional. Por exemplo, o relatório de execução do plano anual de atividades 2014-2015 assinala, entre outros aspetos, a necessidade de atribuição de um tempo comum nos horários dos docentes para que as equipas pedagógicas possam reunir semanalmente e o trabalho colaborativo, consistente e consequente, possa, deste modo, passar a ser desenvolvido.

O conhecimento das competências do pessoal não docente tem permitido ajustar a sua afetação às diversas áreas de serviço, sendo, para além disso, auscultados no âmbito das respetivas estruturas, bem como em reuniões com a direção e com os respetivos coordenadores. Afigura-se fundamental que a totalidade dos assistentes operacionais, designadamente os que trabalham nas escolas do 1.º ciclo, estejam presentes nestas reuniões, assim como nas que são convocadas pelos coordenadores de estabelecimento, uma vez que estas decorrem de um trabalho conjunto e articulado entre a direção do Agrupamento e a câmara municipal. A partilha de conhecimentos e experiências entre pares agiliza a redistribuição de tarefas, no quotidiano, e contribui para um incremento na melhoria da qualidade do serviço prestado à comunidade.

Não sendo evidente a existência de um diagnóstico formal das necessidades de formação dos trabalhadores, existe empenho com o desenvolvimento profissional de docentes e não docentes. De salientar que a maioria das ações de formação realizadas (para pessoal docente, não docente, comunidade escolar) tem sido assegurada por recursos humanos internos. A formação acreditada é planificada anualmente, em articulação com o Centro de Formação A23. Relativamente aos assistentes técnicos, a oferta de ações tem recaído, sobretudo, na utilização de programas informáticos.

Os circuitos de informação e comunicação interna e externa revelam-se eficazes, ainda que, em algumas unidades educativas, apesar do esforço desenvolvido pelo Agrupamento no sentido da melhoria, se mantenham problemas com a rede informática por constrangimentos técnicos. Tal facto não impede, contudo, que a informação necessária chegue a todas elas, através de outros meios de comunicação. O recurso ao correio eletrónico agiliza a comunicação com a comunidade educativa.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O diretor reconhece a importância estratégica da autoavaliação enquanto instrumento central na definição de uma política educativa para o Agrupamento. Nesse sentido, o projeto educativo propõe-se alargar o âmbito do *Observatório de Educação*, de modo a que este contribua eficazmente para a monitorização e intervenção ao nível da qualidade dos processos e resultados educativos, a partir de relatórios anuais de análise estatística.

Entre 2010-2011 e 2013-2014 deu-se continuidade às práticas de autoavaliação iniciadas pelas unidades orgânicas que constituem o atual Agrupamento, com o objetivo de superar uma das fragilidades apontadas na anterior avaliação externa. Foi reformulada a equipa com a inclusão de docentes de todos os níveis de educação e ensino, pessoal não docente, encarregados de educação e alunos, aspeto a sublinhar como positivo por ter tornando, dessa forma, o processo mais participado.

O trabalho realizado por este *Observatório* tem-se restringido, essencialmente, à auscultação dos representantes da comunidade, através da aplicação de questionários de satisfação com os serviços prestados e com as condições logísticas e da análise do conteúdo das *caixas de sugestões*, presentes em pontos estratégicos das escolas. Com base nesta informação produz-se um relatório anual, devidamente divulgado junto dos órgãos e estruturas e que tem possibilitado alguns ajustes nesses âmbitos.

Em 2012-2013, na sequência do relatório, da análise do *plano de ação do projeto educativo* e da reflexão do diretor, foi elaborado um *plano de melhoria do sucesso escolar* que identificava as estratégias, os objetivos, os indicadores e as metas, por nível de ensino, atendendo às dimensões (organizativa, disciplinar, pedagógica, didática, avaliativa, familiar) para cada ação de melhoria a implementar. Não tendo sido identificados os responsáveis por ação e não havendo qualquer monitorização da eficácia das medidas delineadas, continua comprometido o impacto do processo de autoavaliação como se vislumbrava, aliás, já nos anteriores relatórios de avaliação externa.

As práticas desenvolvidas, embora relevantes, não têm possibilitado a consolidação de um diagnóstico organizacional mais abrangente, sustentado na recolha sistemática e na agregação e tratamento de informação proveniente, por exemplo, de relatórios estatísticos anuais e dos balanços efetuados pelas diversas estruturas e órgãos (nomeadamente, coordenadores de departamento curricular, conselhos de turma, reuniões de encarregados de educação, bibliotecas escolares, monitorização do plano anual de atividades, ou outros), aspeto que apresenta margem para progressão.

Com vista a potenciar os impactos do trabalho produzido pelo *Observatório* na melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens, importa que se priorizem ações, colocando o enfoque nas diferentes áreas da prestação do serviço educativo. Simultaneamente, torna-se premente o aperfeiçoamento de instrumentos e procedimentos de monitorização e a concertação de ações transversais a todos os docentes do Agrupamento, para que o reflexo no desenvolvimento profissional e organizacional, bem como no sucesso das crianças e dos alunos, seja sustentado.

Em suma, tendo em conta os juízos avaliativos formulados neste domínio, o Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- Diversidade de iniciativas destinadas a valorizar os sucessos e as potencialidades das crianças e dos alunos, promotora do desenvolvimento da sua autoestima;
- Consolidação de uma rede de parcerias eficazes, em especial no âmbito do trabalho desenvolvido com os alunos com necessidades educativas especiais e dos cursos vocacionais, bem como a adesão a projetos com impacto positivo no serviço educativo prestado;
- Visão estratégica do diretor, materializada na conceção e elaboração de documentos de implementação do projeto educativo, apresentando medidas conducentes à superação de fragilidades devidamente diagnosticadas e à melhoria da prestação do serviço educativo;
- Exercício de uma liderança de proximidade e de envolvimento dos vários intervenientes educativos, com boas repercussões na capacidade de mobilização e na qualidade do ambiente de trabalho;
- Motivação e dinamismo evidenciados pela generalidade dos trabalhadores, geradoras de um clima educativo e de um relacionamento interpessoal, globalmente, positivos.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Identificação, na generalidade das disciplinas, dos fatores explicativos do sucesso e do insucesso inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem, com a implementação de respostas adequadas à melhoria dos resultados, perspetivando a respetiva sustentabilidade e consistência;
- Intensificação dos processos de articulação vertical e horizontal do currículo, com base na fundamentação concetual que os justifica, de modo a garantir a sequencialidade e integração das aprendizagens e a promover o sucesso educativo;
- Generalização de práticas de diferenciação pedagógica em sala de atividades/aula e de metodologias de ensino mais ativas, com vista a um maior envolvimento das crianças e dos alunos na construção das suas aprendizagens e à melhoria dos resultados académicos;
- Assunção de procedimentos generalizados de supervisão da prática letiva em contexto de sala de atividades/aula, que permitam a monitorização da eficácia do planeamento individual em termos de aprendizagens por parte de todas as crianças e alunos e se assumam como contributo relevante para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem;
- Desenvolvimento de práticas de avaliação formativa que permitam a monitorização da adequação e eficácia dos processos de ensino implementados por cada docente, diagnostiquem, atempadamente, as reais necessidades dos alunos, de modo a permitir a respetiva superação e a refletir-se favoravelmente nos seus desempenhos em termos de avaliação sumativa;
- Desenvolvimento de um processo de autoavaliação centrado nas áreas da prestação do serviço educativo, de modo a potenciar os impactos na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e a atingir-se a sustentabilidade do desenvolvimento do Agrupamento.

07-04-2016

A Equipa de Avaliação Externa: Carla Bernardes, Carla Cibebe Figueiredo, Fátima Galveias